



MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

REF. EDITAL Nº 01/2010- CONCURSO PÚBLICO

# CONTADOR

## INSTRUÇÕES

- Você está recebendo do fiscal um Caderno de Questões com 40 (quarenta) questões numeradas sequencialmente que compõem a prova objetiva.
- Composição da Prova:

QUANTIDADE DE QUESTÕES	MATÉRIA
01 a 20	Conhecimentos Específicos
21 a 30	Língua Portuguesa
31 a 40	Legislação Municipal

- Você receberá, também, a Folha de Respostas personalizada para transcrever as respostas das questões da prova objetiva.

### ATENÇÃO

- 1- É proibido folhear o Caderno de Questões antes da autorização do fiscal.
- 2- Após autorização, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão e se a numeração está correta. Confira também se sua prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso haja qualquer divergência, comunique o fato ao fiscal imediatamente.
- 3- Confira seu nome completo, o número de seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Caso encontre alguma divergência, comunique o fato ao fiscal para as devidas providências.
- 4- Você deverá transcrever as respostas das questões objetivas para a Folha de Respostas definitiva, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato.
- 5- Para realização da prova o candidato deverá utilizar caneta esferográfica transparente, com tinta de cor azul ou preta.
- 6- Leia atentamente cada questão da prova e assinale, na Folha de Respostas, a opção que a responda corretamente. Exemplo correto da marcação da Folha de Respostas:
- 7- A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados às respostas.
- 8- Na correção da Folha de Respostas, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas, que contiverem mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura, ainda que legível.
- 9- Você dispõe de 3h (três) para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça-a com tranquilidade, mas controle seu tempo.
- 10- Você somente poderá deixar definitivamente a sala de prova após 60 (sessenta) minutos de seu início. Caso queira levar o caderno de questões, só poderá levá-lo após 02h 45min (duas horas e quarenta e cinco minutos) decorridas do início da prova, devendo, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas assinada. As provas estarão disponibilizadas no site da AOCPC ([www.aocpc.com.br](http://www.aocpc.com.br)), a partir da divulgação do Gabarito Preliminar. O candidato poderá anotar o gabarito no verso da capa da prova e levar consigo.
- 11- Os 03 (três) últimos candidatos da sala só poderão sair juntos e após a conferência de todos os documentos da sala e assinatura do termo de fechamento.
- 12- Durante a prova, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios, agendas eletrônicas, *paggers*, telefones celulares, BIP, *Walkman*, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico. A utilização desses objetos causará eliminação imediata do candidato.
- 13- Os objetos de uso pessoal, incluindo telefones celulares, deverão ser desligados e mantidos dessa forma até o término da prova e entrega da Folha de Respostas ao fiscal.
- 14- Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 01

Assinale a alternativa que representa corretamente o significado da frase abaixo.

“São as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços”.

- (A) Orçamento corrente.
- (B) Investimentos de contribuições.
- (C) Despesas de capital.
- (D) Receitas correntes.
- (E) Transferências de capital.

### QUESTÃO 02

Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- ( ) Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.
- ( ) São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.
- ( ) O lançamento da receita, o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- ( ) Não será admitida a compensação da observação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.

- (A) F – F – F – F.
- (B) V – V – F – F.
- (C) V – V – V – V.
- (D) F – F – V – F.
- (E) V – F – F – V.

### QUESTÃO 03

É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. Dessa forma, pergunta-se: Como é feito o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar?

- (A) Por empenho global.
- (B) Por verificação do direito adquirido.
- (C) Por objeto que se deve pagar.
- (D) Por estimativa.
- (E) Por contratos assinados.

### QUESTÃO 04

Segundo a NBC T 11, item 11.2.7.3, o que devem ser elaborados, organizados e arquivados de forma sistemática e racional?

- (A) Relatório de auditoria.
- (B) Papéis de trabalho.
- (C) Parecer de auditoria.
- (D) Projeto contábil.
- (E) Laudo pericial.

### QUESTÃO 05

Segundo a lei 4320/64, art. 7, § 1º em casos de déficit, o que a Lei de Orçamento indicará?

- (A) A discriminação da receita geral e da despesa de cada órgão do governo ou unidade administrativa.
- (B) Os números do código decimal e os algarismos caracterizadores da classificação funcional da despesa.
- (C) Os recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.
- (D) As fontes de recursos que o poder executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.
- (E) As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender a manifestação de outras entidades de direito público ou privado.

### QUESTÃO 06

Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou método de seleção de itens a serem testados, que técnica o auditor pode empregar, segundo a NBC T 11, item 11.2.9.1?

- (A) Técnicas de amostragem.
- (B) Técnicas de contagem.
- (C) Técnicas de avaliação.
- (D) Técnicas de riscos
- (E) Técnicas de estratificação.

### QUESTÃO 07

Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do(s)

- (A) presidente da câmara.
- (B) poder executivo.
- (C) presidente do senado.
- (D) poder judiciário.
- (E) vereadores.

### QUESTÃO 08

Analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a(s) correta(s). Conforme a NBC T 11, item 11.2.13.3, o auditor deverá considerar algumas situações de eventos subsequentes.

- I. os ocorridos entre a data do término do exercício social e a data da emissão do parecer.
- II. os ocorridos depois do término do trabalho de campo, com a conseqüente emissão do parecer e a data da divulgação das demonstrações contábeis.
- III. os ocorridos após a divulgação das demonstrações contábeis.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

### QUESTÃO 09

O que é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga?

- (A) O tributo.
- (B) A taxa.
- (C) O empenho.
- (D) A ordem de pagamento.
- (E) O imposto.

**QUESTÃO 10**

Preencha as lacunas e, em seguida, assinale a alternativa correta.

Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras a concessão de \_\_\_\_\_ visará \_\_\_\_\_ essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos revelar-se mais econômica.

- (A) crédito / as dotações
- (B) subvenções sociais / a prestação de serviços
- (C) cobertura / subvenções
- (D) bonificações / gêneros
- (E) subvenções econômicas / os funcionamentos

**QUESTÃO 11**

Analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a(s) correta(s). O controle da execução orçamentária compreenderá

- I. a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;
- II. a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;
- III. o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

**QUESTÃO 12**

Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação. Assinale a alternativa que apresente **INCORRETAMENTE** o significado de um dos procedimentos periciais.

- (A) O arbitramento é a determinação de valores ou a solução de controvérsia por critério técnico.
- (B) A mensuração é o ato de quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.
- (C) O exame é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.
- (D) A indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto da perícia.
- (E) A vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.

**QUESTÃO 13**

Preencha as lacunas e, em seguida, assinale a alternativa correta.

Segundo o art. 31 da lei 4320/64, as propostas orçamentárias parciais serão revistas e coordenadas \_\_\_\_\_, considerando-se \_\_\_\_\_ e as novas circunstâncias.

- (A) na proposta geral / a receita estimada
- (B) na solicitação do orçamento parcial / os órgãos competentes
- (C) dotação superior / as subvenções
- (D) no exercício financeiro / as receitas
- (E) no projeto de lei / as despesas de custeio

**QUESTÃO 14**

Analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta as corretas. O perito-contador está impedido de executar perícia contábil, devendo assim declarar-se, ao ser nomeado, escolhido ou contratado para o encargo, quando

- I. for parte do processo.
- II. não houver atuado como perito-contador assistente ou prestado depoimento como testemunha no processo.
- III. o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou em linha colateral até o segundo grau, não estiver postulando no processo.
- IV. tiver interesse, direto ou indireto, imediato ou mediato, por si ou qualquer de seus parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou em linha colateral até o segundo grau, no resultado do trabalho pericial.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 15**

Será(ão) discriminado(s) na Lei de Orçamento segundo os projetos de obras e de outras aplicações

- (A) os investimentos.
- (B) as categorias econômicas.
- (C) as autorizações legislativas.
- (D) a classificação funcional do orçamento.
- (E) a adoção de códigos funcionais.

**QUESTÃO 16**

A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando

- (A) a independência nacional.
- (B) a autodeterminação dos povos.
- (C) a formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (D) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (E) a concessão de asilo político.

**QUESTÃO 17**

O perito-contador e o perito-contador assistente, em obediência ao Código de Ética Profissional do Contabilista, devem respeitar e assegurar o sigilo do que apurarem durante a execução de seu trabalho, proibida a sua divulgação, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo. Este dever perdura quando?

- (A) Depois dos prazos estabelecidos.
- (B) Depois de zelar por suas prerrogativas profissionais.
- (C) Depois de agir com seriedade e discrição no desenvolver de suas funções profissionais.
- (D) Depois de entregue o laudo pericial contábil ou o parecer pericial contábil.
- (E) Depois de requerer ao juiz a indicação de especialistas de outras áreas que se fizerem necessários para a execução de trabalhos específicos.

**QUESTÃO 18**

Segundo o art. 25 da lei 4.320/6, os programas constantes do Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital sempre que possível serão correlacionados a metas objetivas em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

Assinale a alternativa que apresente corretamente o que é considerado como meta, no parágrafo único deste mesmo artigo.

- (A) As receitas e despesas de capital aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um triênio.
- (B) A exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante.
- (C) A justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital.
- (D) A especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais.
- (E) Os resultados que se pretendem obter com a realização de cada programa.

**QUESTÃO 19**

Quando a observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória?

- (A) No exercício da profissão.
- (B) Na amplitude do trabalho.
- (C) No entendimento do universo específico.
- (D) Em situações concretas de problemas.
- (E) Na essência das transações.

**QUESTÃO 20**

Segundo o art 6 da lei 4.320/64, como constarão todas as despesas e receitas da lei do Orçamento?

- (A) Pelas operações de créditos autorizadas por lei.
- (B) Pelos quadros demonstrativos do programa anual de trabalho do governo.
- (C) Pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- (D) Pelas despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- (E) Pelos quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Contran adia para 1º de setembro início da exigência da cadeirinha**

Uso do dispositivo em automóveis iria ser obrigatório a partir de quarta (9). Órgão mudou data por causa da falta de cadeirinhas nas lojas.

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) decidiu em reunião nesta terça-feira (8) adiar para o dia 1º de setembro o início do prazo para exigência da cadeirinha em automóveis em todo o país. De acordo com o órgão, a falta do produto nas lojas pelo aumento da procura justifica a alteração do prazo. A nova data será publicada no "Diário Oficial da União" de quarta-feira (9).

De acordo com o presidente do Contran, Alfredo Peres da Silva, foi constatada maior carência dos equipamentos no mercado em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, além de Brasília. "Consideramos a data 1º de setembro razoável para que o mercado seja abastecido", disse à Agência Estado. Ainda segundo ele, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que o uso de cadeirinhas diminui em 70% o número de vítimas em acidentes de trânsito.

Em reportagem publicada nesta terça, o G1 constatou que alguns produtos estavam em falta por conta do início da exigência, principalmente em relação ao assento de elevação, para crianças entre 4 e 7 anos e meio. Esses assentos não têm encosto e são usados para que a criança fique na altura adequada para utilizar o cinto de segurança.

O uso dos dispositivos de retenção para transporte de crianças nos automóveis passaria a ser obrigatório a partir desta quarta em todo o país. A punição definida pelo Contran é de multa de R\$ 191,54 e sete pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Pelas novas regras, bebês de até um ano devem usar bebê conforto no banco de trás. Para crianças entre um e 4 anos, será obrigatória cadeirinha no banco de trás. De 4 a 7 anos e meio, as crianças devem ser transportadas em assento de elevação, sem encosto, no banco de trás, com cinto de segurança. De 7 anos e meio a 10 anos, é preciso estar no banco de trás com cinto.

De acordo com o presidente do Contran, o objetivo das regras para o transporte de crianças é educativo. "A intenção não é multar, mas sim conscientizar os pais e demais condutores sobre a importância e necessidade do uso dos equipamentos".

A resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que obriga o transporte de crianças de até sete anos e meio em dispositivos de segurança é questionada pelo Ministério Público Federal (MPF). O órgão instaurou, no último dia 31 de maio, um Inquérito Civil Público (ICP) para apurar a ilegalidade da resolução por excluir alguns tipos de veículos da obrigatoriedade.

O MPF questiona o fato de as exigências não se aplicarem aos veículos de transporte coletivo, de aluguel, de transporte autônomo de passageiro (táxis), aos veículos escolares e demais veículos com peso bruto total superior a 3,5t.

O Contran afirma que a obrigatoriedade em veículos escolares será estudada para futura regulamentação, no entanto, não há prazo. No caso dos táxis, o órgão argumenta que a tendência no Brasil é não incluir esses veículos na obrigatoriedade, devido à própria dificuldade deles utilizarem o equipamento, já que transportam passageiros diversos.

Os ônibus estão fora da lista pelas próprias regras do Código Brasileiro de Trânsito, que permite que em veículos de transporte os passageiros fiquem em pé, assim os passageiros desses veículos estão dispensados da utilização do cinto de segurança e

consequentemente do dispositivo de retenção para crianças.

A Resolução 277 do Contran foi publicada em junho de 2008, definindo o prazo de dois anos para a adequação com a previsão de início da fiscalização a partir de 9 de junho de 2010. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, as crianças até dez anos devem ser transportadas obrigatoriamente no banco traseiro.

Disponível em <<http://g1.globo.com/carros/noticia/2010/06/contran-adia-para-1-de-setembro-inicio-da-exigencia-da-cadeirinha.html>>. Acesso em 8 jun 2010.

#### QUESTÃO 21

Em “De 7 anos e meio a 10 anos, é preciso estar no banco de trás com cinto.”, a oração destacada é

- (A) subordinada substantiva subjetiva.
- (B) subordinada adverbial concessiva.
- (C) subordinada substantiva objetiva direta.
- (D) subordinada adverbial condicional.
- (E) subordinada substantiva predicativa.

#### QUESTÃO 22

Assinale a alternativa que NÃO apresenta a função sintática correta das expressões destacadas.

- (A) “...em relação ao assento...” (objeto indireto)
- (B) “...apurar a ilegalidade...” (objeto direto)
- (C) “No caso dos táxis, o órgão...” (adjunto adverbial)
- (D) “...exigência da cadeirinha...” (complemento nominal)
- (E) “Os ônibus estão fora da lista...” (sujeito)

#### QUESTÃO 23

Todas as palavras abaixo apresentam cinco letras e cinco fonemas, EXCETO

- (A) anos.
- (B) estar.
- (C) cinto.
- (D) prazo.
- (E) bebês.

#### QUESTÃO 24

Assinale a alternativa que não apresenta dígrafo.

- (A) Setembro
- (B) Conselho
- (C) Junho
- (D) Escolares
- (E) Assento

#### QUESTÃO 25

Em “O Contran afirma que a obrigatoriedade em veículos escolares será estudada para futura regulamentação, no entanto, não há prazo.”, a expressão em destaque introduz

- (A) uma conclusão.
- (B) uma adição.
- (C) um contraste.
- (D) uma explicação.
- (E) uma alternância.

#### QUESTÃO 26

São mantidas a correção gramatical e o sentido original do texto somente se for substituída

- (A) a expressão trás pela expressão traz, em “... bebês de até um ano devem usar bebê conforto no banco de trás.”
- (B) a expressão de acordo pela expressão consoante, em “De acordo com o órgão, a falta do produto...”.
- (C) a expressão pelas pela expressão por causa das, em “Pelos novas regras, bebês de até um ano devem usar...”.
- (D) a forma verbal têm pela forma verbal tem, em “Esses assentos não têm encosto...”.
- (E) a expressão por causa pela expressão em virtude, em “Órgão mudou data por causa da falta de cadeirinhas...”.

#### QUESTÃO 27

No caso dos táxis, o órgão argumenta que a tendência no Brasil é não incluir esses veículos na obrigatoriedade, devido à própria dificuldade deles utilizarem o equipamento, já que transportam passageiros diversos.

A única alternativa que apresenta uma reescrita do conteúdo do fragmento acima com atendimento à norma padrão e ao sentido original é

- (A) O órgão argumenta que o Brasil tende a não incluí-los na obrigatoriedade, como os táxis transportam passageiros diversos, eles têm dificuldade em utilizar o equipamento.
- (B) O órgão argumenta que o Brasil tende a não incluir os táxis na obrigatoriedade, em razão da própria dificuldade de eles utilizarem o equipamento, dado que transportam passageiros diversos.
- (C) O Brasil tende a não incluir os táxis na obrigatoriedade, por que eles têm dificuldade em utilizar o equipamento, pois transportam passageiros diversos.
- (D) Os táxis transportam passageiros diversos, o que dificulta a utilização do equipamento, fazendo que o órgão argumente que o Brasil não deve incluí-los na obrigatoriedade.
- (E) Os táxis transportam passageiros tão diversos e têm tanta dificuldade em utilizar o equipamento que o órgão argumenta que o Brasil tende a não incluí-los na obrigatoriedade.

#### QUESTÃO 28

Em todas as alternativas abaixo a expressão destacada foi substituída corretamente pela expressão entre parênteses, EXCETO em

- (A) “...os passageiros fiquem em pé, assim os passageiros desses veículos estão dispensados...” (desse modo)
- (B) “O MPF questiona o fato de as exigências não se aplicarem aos veículos de transporte coletivo...” (das)
- (C) “...o G1 constatou que alguns produtos estavam em falta por conta do início da exigência...” (devido ao)
- (D) “A intenção não é multar, mas sim conscientizar os pais e demais condutores...” (senão)
- (E) “...conscientizar os pais e demais condutores sobre a importância e necessidade...”. (a respeito da)

**QUESTÃO 29**

Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao emprego dos sinais de pontuação empregados no texto 2.

- (A) Em “De acordo com o presidente do Contran, Alfredo Peres da Silva, foi constatada maior carência dos equipamentos no mercado em São Paulo...” as vírgulas isolam o aposto do termo fundamental.
- (B) Em “O órgão instaurou, no último dia 31 de maio, um Inquérito Civil Público (ICP) para apurar a ilegalidade da resolução por excluir alguns tipos de veículos da obrigatoriedade.” as vírgulas isolam um adjunto adverbial.
- (C) Em “A intenção não é multar, mas sim conscientizar os pais e demais condutores sobre a importância e necessidade do uso dos equipamentos” a vírgula é obrigatória, pois separa orações coordenadas.
- (D) Em “Os ônibus estão fora da lista pelas próprias regras do Código Brasileiro de Trânsito, que permite que em veículos de transporte...” a vírgula após o primeiro ‘que’ é obrigatória, ao passo que após o segundo ‘que’ é facultativa.
- (E) Em “O MPF questiona o fato de as exigências não se aplicarem aos veículos de transporte coletivo, de aluguel, de transporte autônomo...” as vírgulas são obrigatórias, pois separam elementos de mesma função sintática.

**QUESTÃO 30**

Em todas as alternativas abaixo a substituição da expressão destacada está correta gramaticalmente, EXCETO em

- (A) “...prazo para exigência da cadeirinha em automóveis...” (exigir a cadeirinha em automóveis...)
- (B) “...a criança fique na altura adequada para utilizar o cinto de segurança. (utilização do cinto de segurança.)
- (C) “O uso dos dispositivos de retenção para transporte de crianças...” (transportar crianças...)
- (D) “...um Inquérito Civil Público (ICP) para apurar a ilegalidade da resolução...” (apuração da ilegalidade da resolução...)
- (E) “...prazo de dois anos para a adequação com a previsão...” (adequar a previsão de início da fiscalização...)

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL****QUESTÃO 31**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santo Augusto, cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias da competência do Município, especialmente sobre

- I. o sistema tributário municipal, arrecadação e distribuição de suas rendas.
- II. plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública.
- III. fixação e modificação do efetivo da Guarda Municipal.
- IV. planos e programas municipais de desenvolvimento.

- (A) Apenas I, II e III.

- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 32**

Preencha as lacunas e, em seguida, assinale a alternativa correta. A Lei Orgânica do Município de Santo Augusto poderá ser emendada mediante proposta de \_\_\_\_\_, no mínimo, dos membros da Câmara e do Prefeito Municipal. A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em cada um, \_\_\_\_\_ dos votos dos membros da Câmara.

- (A) dois terços / um terço
- (B) um terço / dois terços
- (C) metade / dois terços
- (D) três quintos / metade
- (E) maioria absoluta / um terço

**QUESTÃO 33**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Santo Augusto

- I. o Poder Executivo é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado por Secretários Municipais.
- II. a eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito dar-se-á mediante pleito direto e simultâneo de conformidade com a Legislação Federal.
- III. em caso de impedimento simultâneo do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou de vacância de ambos os cargos, será chamado a exercer o cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.
- IV. o Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município por período superior a dez dias consecutivos, sob pena de perda do cargo.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 34**

Analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Municipal nº 1692/2003, o serviço público centralizado no Executivo Municipal é integrado pelos seguintes quadros:

- I. quadro dos cargos de provimento efetivo.
- II. quadro dos cargos em comissão e funções gratificadas.
- III. quadro dos cargos dos prestadores de serviços terceirizados.
- IV. quadro dos cargos dos funcionários prestadores de serviços não remunerados.

- (A) Apenas I, II e III.  
(B) Apenas I, II e IV.  
(C) Apenas II e III.  
(D) Apenas I e II.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 35**

Assinale a alternativa correta. Para os efeitos da Lei Municipal nº 1692/2003, considera-se Carreira

- (A) o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público, mantidas as características de criação por lei, denominação própria, número certo e retribuição pecuniária padronizada.
- (B) o agrupamento de cargos da mesma denominação, com iguais atribuições e responsabilidades, constituída de padrões e classes.
- (C) o conjunto de cargos de provimento efetivo para os quais os servidores poderão ascender através das classes, mediante promoção.
- (D) a identificação numérica do valor do vencimento da categoria funcional.
- (E) a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior da mesma categoria funcional.

**QUESTÃO 36**

De acordo com o Código Tributário do Município de Santo Augusto (Lei Municipal nº 1618/2002), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (B) Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objetivo a prática ou a abstração de atos nela prevista, no interesse da Fazenda Municipal.
- (C) Obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em acessória relativamente à penalidade pecuniária.
- (D) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida neste código como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos de competência do município.
- (E) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária do Município, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

**QUESTÃO 37**

Analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com o Código Tributário do Município de Santo Augusto ( Lei Municipal nº 1618/2002), nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões pelas quais forem responsáveis

- I. os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores.
- II. os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados.
- III. o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.
- IV. o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário.

- (A) Apenas I, II e III.  
(B) Apenas I, II e IV.  
(C) Apenas II e III.  
(D) Apenas I e II.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 38**

Analise as assertivas e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta as corretas. De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 03/2009, a Secretaria Municipal de Finanças é responsável pela gestão financeira e tributária do Município. São competências desta Secretaria:

- I. dirigir e executar as políticas e a administração tributária, fiscal, econômica e financeira do Município.
- II. auxiliar na elaboração das leis orçamentárias do Município.
- III. desenvolver sistemas de processamento de dados, contribuindo para a modernização e melhoria da gestão administrativa e do atendimento.
- IV. promover o equilíbrio entre receita e a despesa para garantir o desenvolvimento da cidade e a qualidade na prestação de serviços.

- (A) Apenas I, II e III.  
(B) Apenas I, II e IV.  
(C) Apenas II e III.  
(D) Apenas I e II.  
(E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 39**

De acordo com a Lei Municipal n.1690/2003 que trata sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Santo Augusto, analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta as corretas.

- I. Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura de termo pela autoridade competente e pelo nomeado.
- II. Exercício é o desempenho das atribuições do cargo pelo servidor.
- III. A posse e o exercício devem ocorrer simultaneamente na mesma data.
- IV. O nomeado terá o prazo de até trinta dias contados da data de sua ciência ou da publicação do ato de nomeação, para tomar posse e entrar em exercício do cargo.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 40**

De acordo com a Lei Municipal n.1690/2003 que trata sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Santo Augusto. O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após

- (A) um (01) ano de efetivo exercício.
- (B) dois (02) anos de efetivo exercício.
- (C) três (03) anos de efetivo exercício.
- (D) quatro (04) anos de efetivo exercício.
- (E) cinco (05) anos de efetivo exercício.